

1943

40/1

76

Requerido em setembro de 1943
de 1943
para o presidente da república
na forma de um requerimento
na forma de um requerimento

Senhor Presidente,

Considerando que é do conhecimento geral a existência de inúmeras casas, residenciais ou não, desocupadas na cidade e nos bairros, há muito tempo;

Considerando que, nos termos do art. 22, do decreto-lei 9.669, de 29-8-46 - a chamada lei do inquilinato - fica sujeito a multa o proprietário que não alugar ou não ocupar o prédio, decorridos 60 dias da autorização pelo "habite-se", ou o que não iniciar a construção, quando fôr o caso, dentro de quatro meses;

Considerando que fica o mesmo proprietário sujeito a pena de prisão de 15 a 180 dias, ou multa de 2 mil a 50 mil cruzeiros, quando não alugar o prédio dentro de 12 meses, desde a desocupação, nos termos do art. 24, item III daquela lei, constituindo essa infração crime contra a economia popular, ex-vi do decreto 9.840 que modificou a lei do inquilinato;

Considerando que a obrigação de impôr e cobrar a multa referida no art. 22, cabe ao Município, nos termos dos parágrafos deste mesmo artigo;

Considerando finalmente, que a carência de habitações tem exigido sacrifícios à população, e de certo modo está obstruindo o progresso local, como em vários casos, entre eles a falta de locais para novos estabelecimentos comerciais ou industriais, agravada essa circunstância pelo fato de existirem inúmeros terrenos edificáveis em excelentes pontos da cidade, merecendo mesmo pesado tributo,

REQUEREMOS, afim de que posteriormente possamos apresentar projeto de lei sobre o assunto, se digne Vossa Excelênciâ solicitar ao senhor Prefeito as seguintes informações:

- a) Quantas e quais são as casas desocupadas existentes na cidade, infringindo os dispositivos citados?
- b) Estão sendo cobradas as multas a que estão obrigados os seus proprietários, nos termos do art. 22, daquela lei?

Sala das sessões, 14 de Janº de 1943.

*Luzia da Silva
Floriano*

Prefeitura Municipal de Jundiaí

Processo n.º
Classif.

PREFEITURA MUNICIPAL
DEPARTAMENTO DE Fazenda
SEÇÃO LANÇADOURIA
Secção Aumentos

176

Ref. 1/48/58 da CAMARA MUNICIPAL, sobre o requerimento nº 29 dos Exmos. Vereadores Srs. LUPERCIO SILVEIRA e PEDRO C. FORNARI:-

De fato, o Decreto-Lei 9.669 de 29/8/946, impõe multas aos srs. proprietários de prédios de alugueis que, por diversos motivos - além dos apontados por aqueles Vereadores - que se tornem infratores dos dispositivos legais.

Assim, vimos informar que, desde a promulgação desse Decreto, a Prefeitura Municipal nomeou uma Comissão para tratar dos casos previstos e das avaliações de imóveis para fins de locações etc.

Inúmeros casos de aumentos de alugueis superiores aos permitidos pelo referido Decreto, foram trazidos ao conhecimento dessa Comissão e da Contadoria Municipal (Seção Lançadouria), e sempre mereceram o melhor acolhimento para elucidação, entre proprietários e inquilinos, das controvérsias apontadas, que sempre foram resolvidas perante os Prefeitos Municipais.

Quanto às multas nos casos apontados pelos Srs. Vereadores, adiantamos que nada foi aplicado, pois que nenhum caso foi trazido ao conhecimento das autoridades municipais, reclamações imprescindíveis para inicio de inquéritos para aplicação das penalidades legais, pelas pessoas que se julgassem prejudicadas pelos proprietários que procuraram burlar as leis do país.

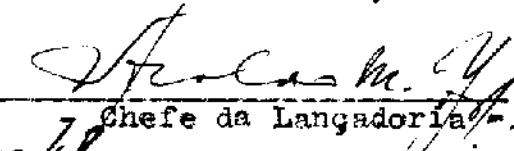
Nenhum caso, pois, Sr. Prefeito, foi trazido ao nosso conhecimento. Dir-se-ia, mesmo, que o próprio povo - que é sempre o maior prejudicado - ou desconhecia a lei, ou permitia - e diga-se de passagem - continua permitindo o "cambio-negro" das locações.

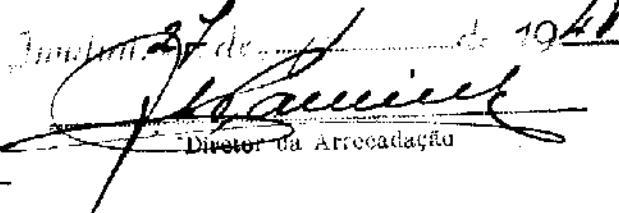
No exercício findo não foi feita a coleta para 1948, pois os proprietários apresentaram as declarações dos aumentos de alugueis permitidos pelo Decreto em apreço. Os prédios novos, ou reformados, são lançados com base nos valores arbitrados pela Comissão.

As casas condenadas pela Higiene - no momento talvez todas ocupadas à título precário, autorizadas pelas gestões passadas em face da carência de habitações - não infringem os dispositivos apontados.

Jundiaí, 27/1/948

ATENCIOSAMENTE,


Antônio M. Y.
Chefe da Lançadouria.


J. F. Fornari
27 de 1948
Diretor da Arrecadação

Prefeitura Municipal de Jundiaí

Processo n.º.....

Classif.

ANSWER: $\frac{1}{2} \times 10^{-10}$ C

176

Ref. 1/48/58 da CAMARA MUNICIPAL, sobre o requerimento nº 29 dos Exmos. Vereadores Srs. LUPERCIO SILVEIRA e PEDRO C. FORNARI:-

De fato, o Decreto-Lei 9.669 de 29/8/946, impõe multas aos srs. proprietários de predios de aluguel que, por diversos motivos - além dos apontados por aqueles Vereadores - que se tornem infratores dos dispositivos legais.

Assim, vimos informar que, desde a promulgação desse Decreto, a Prefeitura Municipal nomeou uma Comissão para tratar dos casos previstos e das avaliações de imóveis para fins de locações etc.

Inumeros casos de aumentos de alugueis superiores aos permitidos pelo referido Decreto, foram trazidos ao conhecimento dessa Comissão e da Contadoria Municipal (Secção Lançadoria), e sempre mereceram o melhor acolhimento para elucidação, entre proprietarios e inquilinos, das controvérsias apontadas, que sempre foram resolvidas perante os Prefeitos Municipais.

Quanto às multas nos casos apontados pelos Srs. Vereadores, adiantamos que nada foi aplicado, pois que nenhum caso foi trazido ao conhecimento das autoridades municipais, reclamações imprecindíveis para inicio de inqueritos para aplicação das penalidades legais, pelas pestanas que se julgassem prejudicadas pelos proprietários que procuraram burlar as leis do país.

Nenhum caso, pois, Sr. Prefeito, foi trazido ao nosso conhecimento. Dir-se-ia, mesmo, que o próprio povo - que é sempre o maior prejudicado - ou desconfiava a lei, ou permitia - e diga-se de passagem - continua permitindo o "cambio-negro" das locações.

No exercício findo não foi feita a coleta para 1948, pois os proprietários apresentaram as declarações dos aumentos de alugueis permitidos pelo Decreto em apreço. Os predios novos, ou reformados, são lançados com base nos valores arbitrados pela Comissão.

As casas condenadas pela Higiene - no momento talvez todas ocupadas à título precário, autorizadas pelas gestões passadas em face da carência de habitações - não infringem os dispositivos apontados.

Jundiaí, 27/1/948

ATENCIOSAMENTE,

Chefe da Lançadoria

J. Baccieck
Intendente da Arrecadação